

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOTA JURÍDICA Nº 01/2026 – PGM

Assunto:

Critérios para apuração do ISS e sua correta composição no BDI em contratos administrativos de obras e serviços de engenharia – distinção entre alíquota e base de cálculo – aplicação do art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 001/2003 (redação da LC nº 003/2019).

I – FINALIDADE

A presente Nota Técnica tem por finalidade orientar a Secretaria de Planejamento quanto à correta composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) nos orçamentos e licitações de obras e serviços de engenharia, esclarecendo:

- a **diferença entre alíquota do ISS e carga tributária efetiva**;
- a **aplicação do art. 6º da LC nº 001/2003** nos casos de empreitada global;
- a **forma correta de refletir o ISS no BDI**, evitando impugnações, sobrepreço e inconsistências jurídicas.

II – MARCO LEGAL

O Imposto Sobre Serviços – ISS é de competência municipal (art. 156, III, CF), sendo disciplinado, no âmbito local, pela Lei Complementar Municipal nº 001/2003, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 003/2019.

O referido diploma estabelece:

- Art. 6º, caput: a base de cálculo do ISS é o preço do serviço;
- Art. 6º, §3º: quando **não for possível aferir o preço do serviço**, nos serviços de obras e engenharia, o “preço corrente na praça” será definido:
 - em **50% do custo unitário da construção** (subitem 7.02 – obra nova);
 - em **25% do custo unitário da construção** (subitem 7.05 – reforma);
- Art. 10: a alíquota do ISS é de 5%, sem exceções.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

III – DISTINÇÃO FUNDAMENTAL: ALÍQUOTA × BASE DE CÁLCULO

É essencial destacar que:

- a **alíquota do ISS é sempre 5%**, conforme art. 10 da LC nº 001/2003;
- **não existe alíquota de 2,5% ou 1,25% na legislação municipal;**
- os percentuais de **2,5% e 1,25% correspondem apenas à carga tributária efetiva** do valor global, resultante da redução da base de cálculo prevista em lei, e não à redução da alíquota.

Essa distinção é fundamental para:

- evitar erro conceitual;
- afastar alegações de renúncia de receita;
- manter compatibilidade com a LC nº 116/2003.

IV – APLICAÇÃO EM CONTRATOS DE OBRA NOVA (SUBITEM 7.02)

Situação típica

- Contrato de obra nova;
- Regime de **empreitada global**;
- Planilha orçamentária padrão (ex.: SINAPI);
- Impossibilidade de aferir o preço do serviço de forma segregada.

Base legal aplicável

Art. 6º, §3º, “a”, da LC nº 001/2003.

Exemplo prático

- Valor global do contrato: **R\$ 1.000.000,00**
 - Base de cálculo do ISS: **50% → R\$ 500.000,00**
 - Alíquota: **5%**
 - ISS devido: **R\$ 25.000,00**
- A carga tributária efetiva equivale a **2,5% do valor global**, sem alteração da

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

alíquota legal, MAS NÃO É ALIQUOTA.

Reflexo correto no BDI

O BDI deve refletir o ISS como **custo efetivo**, da seguinte forma:

ISS (5% sobre base de cálculo reduzida – art. 6º, §3º, LC nº 001/2003): 2,5%

V – APLICAÇÃO EM CONTRATOS DE REFORMA (SUBITEM 7.05)

Situação típica

- Contrato de reforma, conservação ou manutenção;
- Empreitada global;
- Nota fiscal e orçamento sem separação objetiva entre serviço e materiais.

Base legal aplicável

Art. 6º, §3º, “b”, da LC nº 001/2003.

Exemplo prático

- Valor global do contrato: **R\$ 800.000,00**
- Base de cálculo do ISS: **25%** → R\$ 200.000,00
- Alíquota: **5%**
- ISS devido: **R\$ 10.000,00**
 - A carga tributária efetiva equivale a **1,25% do valor global**, MAS NÃO É ALIQUOTA.

Reflexo correto no BDI

No BDI, o ISS deve constar como:

ISS (5% sobre base de cálculo reduzida – art. 6º, §3º, LC nº 001/2003): 1,25%

VI – EXEMPLO SIMPLIFICADO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OBRA NOVA – SUBITEM 7.02

Componente do BDI	Percentual
Administração Central	4,00%
Seguros e Garantias	0,50%
Riscos	1,00%
Despesas Financeiras	1,50%
ISS (5% sobre base reduzida)	2,50%
Lucro	6,00%
BDI Total	15,50%

REFORMA – SUBITEM 7.05

Componente do BDI	Percentual
Administração Central	4,00%
Seguros e Garantias	0,50%
Riscos	1,00%
Despesas Financeiras	1,50%
ISS (5% sobre base reduzida)	1,25%
Lucro	6,00%
BDI Total	14,25%

VIII – CONCLUSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Diante de todo o exposto, conclui-se que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente sobre contratos administrativos de obras e serviços de engenharia deve observar, de forma estrita, o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001/2003, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 003/2019, permanecendo a **alíquota do imposto fixada em 5%**, nos termos do art. 10, incidindo, contudo, sobre a **base de cálculo legalmente definida**.

Nos contratos estruturados sob o regime de **empreitada global**, especialmente aqueles em que não seja possível aferir o preço do serviço de forma segregada, aplica-se, de maneira automática e independente o **critério legal substitutivo previsto no art. 6º, §3º**, que fixa a base de cálculo em 50% do custo unitário da construção para obras novas (subitem 7.02) e em **25% do custo unitário da construção** para serviços de reforma, conservação e manutenção (subitem 7.05).

A composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) **deve refletir** exclusivamente a carga tributária efetiva decorrente da aplicação da legislação municipal, sendo juridicamente incorreta a inclusão do percentual integral de 5% sobre o valor global do contrato, quando a base de cálculo do ISS é reduzida por força de lei, sob pena de sobrepreço, afronta ao princípio da legalidade e comprometimento da economicidade da contratação.

Por fim, a correta aplicação do critério legal de base de cálculo e sua adequada expressão no BDI **não configura renúncia de receita**, tampouco criação de alíquota diferenciada, mas representa o **cumprimento fiel da legislação tributária municipal**, assegurando segurança jurídica aos procedimentos licitatórios, isonomia entre os licitantes e proteção da Administração Pública frente a impugnações e órgãos de controle.

Castanhal/PA, 30 de janeiro de 2026

CAROLINE SCHAFF PLÁCIDO
OAB/PA 24217
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL- INTERINA